

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NO SÉCULO XIX

Bianca Carvalho Pazinato

Ella Souza Freitas

Jorge Luis Marques Ferreira

Acadêmicos do 3º período do curso de
Relações Internacionais das
Faculdades Integradas Curitiba

SUMÁRIO: 1 Introdução. 2 Relações entre Brasil e Estados Unidos: 1800-1822. 3 Relações entre Brasil e Estados Unidos no Primeiro Reinado e Período Regencial. 4 Relações entre Brasil e Estados Unidos no Segundo Reinado. 5 Questão Amazônica. 6 Papel das missões protestantes nas relações entre Brasil e Estados Unidos no século XIX. 7 Conclusão. Bibliografia.

1 INTRODUÇÃO

As relações entre Brasil e Estados Unidos no século XIX é o tema tratado nesta pesquisa. Desde os primeiros anos desse século até a queda do Império em 1889, levantamos dados referentes aos acontecimentos envolvendo o Brasil e os Estados Unidos. O início das relações diplomáticas, os primeiros acordos, os incidentes, enfim, no período de 1800 a 1889, estudaremos os acontecimentos que envolveram esses dois países.

Primeiramente faremos uma análise das relações entre Brasil e Estados Unidos nos primeiros vinte e dois anos do século XIX. Destacaremos os primeiros relatos comerciais e o início do interesse americano no Brasil, ainda colônia, e sob forte influência britânica.

No capítulo referente ao Primeiro Reinado e Período Regencial, observaremos os primeiros anos do Brasil independente e sua política externa que mesmo sob influência inglesa já começava a se aproximar dos Estados Unidos.

Nas relações entre Brasil e a potência do Norte no Segundo Reinado, discutiremos os principais incidentes e poderemos notar a independência da política externa do Império, que gradativamente se afastou da órbita britânica e se aproximou da norte-americana. Destacamos nesse período a Questão Amazônica como um dos principais acontecimentos envolvendo o Brasil e os Estados Unidos no século XIX e o papel das missões protestantes americanas no território brasileiro, com ênfase no projeto de alguns missionários em “protestantizar” o Brasil.

Entendendo um pouco mais as relações diplomáticas poderemos compreender o porquê da aproximação aos Estados Unidos, a conjuntura econômica do Brasil Império e as mudanças ocorridas no fim do século XIX.

2 RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS: 1800-1822

Após a Guerra de Independência, os Estados Unidos passam a figurar definitivamente no cenário internacional. Os ideais republicanos começam a se espalhar pelo restante da América, inaugurando uma fase histórica fundamental para se entender a atual conjuntura americana.

Para que possamos entender a ascensão norte-americana, recorreremos aos estudos de Celso Furtado. Em sua análise a respeito do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos podemos perceber claramente a importância do processo industrial, colocado em prática já antes da independência pela Grã-Bretanha, que diante do fracasso da tentativa de introdução de um sistema agroexportador, acaba instalando na colônia indústrias que não competissem com as existentes na Europa. O desenvolvimento da colônia, auxiliado pela necessidade interna de fomentar a produção, surpreende. Um dos fatores que mais contribuiu para impulsionar o crescimento econômico norte-americano foi o avanço da indústria naval, pois era por meio dos navios que escoava o excedente da produção industrial, criado pelo forte estímulo à produção interna provocado pela independência. Emergia na América uma nova potência que voltava seus interesses principalmente para as nações latino-americanas da época.

Os anseios republicanos já eram notados no Brasil desde a Inconfidência Mineira. A partir daí, a influência norte-americana cresce gradativamente, de início tímida diante dos interesses britânicos e depois marcada pelo forte interesse imperialista. Segundo Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, os primeiros relatos americanos de comércio entre Brasil e Estados Unidos datam de 1802. Até por volta de 1808, as relações comerciais revelaram-se tímidas, principalmente por causa da dominação portuguesa, que mantinha o Brasil subjugado ao regime colonial.

A vinda da família real e a abertura dos portos brasileiros despertam ainda mais o interesse norte-americano. Em 1809 foram enviados Henri Hill e Thomas Sunter Jr. com o objetivo de dar boas-vindas à Corte. Mas a tentativa de aproximação dos Estados Unidos ao Brasil esbarrava sempre na hegemonia britânica. Segundo Demétrio Magnoli, o Brasil, ainda sob domínio português, era obrigado a obedecer às regras estabelecidas em tratados firmados com a Grã-Bretanha. Exemplo disso foram os Tratados de Methuem¹ e o de Utrecht². Os interesses norte-americanos enfrentavam barreiras fortíssimas, principalmente após os Tratados de 1810³, quando a Grã-Bretanha obteve vantagens alfandegárias.

Para Cervo e Bueno, os entraves impostos nas relações comerciais com os

¹ Acordo comercial firmado, em 1703, entre Portugal e Inglaterra, em que os lusitanos ficariam livres da ameaça de dominação franco-espanhola, mas que estabeleceu a dependência econômica com relação à Inglaterra.

² Foi responsável pela hegemonia marítima e comercial da Inglaterra no século XVIII.

³ Foram dois acordos firmados entre Portugal e Inglaterra. O primeiro de Amizade e Aliança e o segundo de Comércio e Navegação.

Estados Unidos fazem com que os norte-americanos voltem seus interesses ao apoio nas revoltas contra o Império, como, por exemplo, na resistência de Artigas⁴ no Uruguai, em 1817, e na Revolução Pernambucana no mesmo ano. Nesta última, os Estados Unidos serviam como um modelo republicano que deveria ser seguido pelas futuras nações que desejassem um regime democrático de governo. Segundo Kahler, a revolução estava diretamente voltada aos interesses republicanos e fez os norte-americanos reviverem o seu próprio passado. Pernambuco foi um dos primeiros centros brasileiros de riqueza e prosperidade, onde se notava claramente um forte sentimento nacionalista. Kahler ainda ressalta a importância estratégica da região por sua proximidade com os Estados Unidos. A influência americana na Revolução de Pernambuco, mesmo obviamente notada, não fora oficialmente reconhecida, porque não havia certeza da durabilidade do governo provisório de Pernambuco e porque os Estados Unidos mantinham cordiais relações diplomáticas com Portugal que até aquela data exercia a dominação sobre o Brasil.

No início da década de 20, o Brasil caminhava para a independência. Moniz Bandeira destaca três importantes fatos que deixavam cada vez mais em evidência a necessidade de autonomia em relação a Portugal: as revoltas regionais, a expansão da Revolução Liberal e a crescente insatisfação da opinião pública. Os Estados Unidos apoiavam a independência, e o Brasil deixava transparecer o interesse na aproximação com os norte-americanos. D. Pedro procurava a simpatia dos Estados Unidos sempre contornando os incidentes provocados por representantes americanos.

3 RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NO PRIMEIRO REINADO E PERÍODO REGENCIAL

Em 1822, o Brasil torna-se independente. D. Pedro é coroado imperador, estabelecendo na América a única monarquia da época. Para Magnoli, os Estados Unidos viam com bons olhos a independência, porém a instalação do regime monárquico não era considerada a mais apropriada, sendo criticada pelos norte-americanos. O regime era considerado “anômalo” que se diferenciava totalmente dos modelos republicanos das nações hispano-americanas da época. A Monarquia era vista como uma extensão dos reinos europeus e ameaçava o bem-estar do Novo Mundo.⁵ Por isso, o Brasil passa por um período de grande isolacionismo em relação aos vizinhos sul-americanos, enfrentando revoltas internas pela instauração da República e também pela emancipação política.

Os dois primeiros anos após a Independência foram marcados pela instabilidade política do País. Bandeira destaca nesse momento a guerra civil do Nordeste brasileiro como a principal revolta. Essa guerra culminou com a proclamação da Confederação do Equador em 1824, por Manuel de Carvalho.

⁴ Militar e político uruguaio que dirigiu operações de guerrilhas durante a guerra de independência uruguaia.

⁵ O conjunto das Américas, em oposição ao Velho Mundo.

Mesmo diante de um quadro político interno de instabilidade, os Estados Unidos são o primeiro país a reconhecer o Brasil independente, em maio de 1824. Delgado de Carvalho destaca a Missão Silvestre Rebelo como responsável pelo sucesso quanto ao reconhecimento. Seu objetivo principal era o de “promover o ‘reconhecimento solene e formal da independência, integridade e dinastia do Império do Brasil.’” (CARVALHO, 1959, p. 37.) Kahler ressalta as instruções dadas a Rebelo de tentar conseguir dos Estados Unidos a “solidariedade continental” para conter o avanço dos poderes europeus. Além disso, Rebelo deveria desfazer qualquer falsa impressão que o governo dos Estados Unidos tivesse formado por meio dos relatórios exagerados feitos pelo cônsul americano, Raguét.

As relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, marcadas quase sempre pela priorização dos interesses comerciais, podem ser consideradas como oficiais a partir do ano de 1822, quando chegam ao Brasil o Ministro John Graham, o Cônsul Henri Hill, além de Condy Raguét, responsável pela Repartição de Negócios Estrangeiros e pelos principais incidentes diplomáticos do período. A partir de então, os interesses norte-americanos no Brasil foram dia após dia ganhando terreno, mas esbarrando sempre na hegemonia britânica.

A ameaça da reaproximação com a Europa, por intermédio dos interesses da Santa Aliança⁶ faz com que, em 2 de dezembro de 1823, o presidente dos Estados Unidos, James Monroe, declare a Doutrina Monroe, numa tentativa de afastar as pretensões européias. Apoiado por Quincy Adams, Henry Clay e pelos antigos presidentes Jefferson e Madison, pretendia uma declaração conjunta entre os Estados Unidos e Grã-Bretanha. Segundo Delgado de Carvalho, na Doutrina Monroe destacaram-se dois princípios: o da não-intervenção em questões européias e o do não-restabelecimento de colônias européias na América. Moniz Bandeira destaca ainda que no Brasil, nessa época, os norte-americanos tentavam convencer o imperador a usar a Doutrina Monroe como meio de evitar que França e Inglaterra obtivessem vantagens, como as obtidas por Portugal. Para Delgado de Carvalho, outra aplicação da doutrina em questões envolvendo o Brasil aparece em 1827, quando as Províncias Unidas do Prata⁷ consultam os Estados Unidos no apoio contra o Brasil e “a ameaça européia”. A Doutrina Monroe foi alvo de diferentes interpretações, que eram responsáveis pelos ideais de cooperação e proteção continental surgidos nessa época. Uma dessas interpretações, feitas pelas principais lideranças do Império, fora responsável por outro aspecto da incumbência de Silvestre Rebelo, de 1824. Além do reconhecimento da Independência, Rebelo deveria sondar uma possível aliança defensiva e ofensiva com os Estados Unidos, para garantir a soberania dos povos americanos, assegurando a paz no continente e afastando de vez a ameaça do projeto de reconquista da América pela Santa Aliança.

Em 1824 os Estados Unidos reconhecem a Independência do Brasil que, segundo Kahler, apresentava um alto grau de unidade e estabilidade superior à apresentada na América Espanhola. Essas considerações seriam suficientes para superar os preconceitos antimonárquicos e para induzir os Estados Unidos a receber o Brasil com *status* de uma nova nação americana.

No Rio de Janeiro, Condy Raguét estremecia as relações diplomáticas entre

⁶ Pacto de fraternidade e assistência mútua firmado em Paris, em 1815, entre Alexandre I (Rússia), Francisco I (Áustria) e Frederico Guilherme III (Prússia).

⁷ Nome dado às províncias que constituíram pela Assembléa de Tucumán (1816) a República Argentina, proclamando sua independência da Espanha.

Brasil e Estados Unidos. Suas declarações, nas quais utilizava uma linguagem ofensiva, provocaram uma série de incidentes. Em 1826, Raguet declara em despacho ao Secretário de Estado Norte-americano, Henry Clay: *“Now is the moment to make this government (brasileiro) feel the influence which we are destined to maintain in this Hemisphere of Liberty and if it is desirable to negotiate a treaty of commerce, perhaps now is the moment when the footing of the most favored nation might be obtained as the price of reconciliation.”* (RODRIGUES, 1995, p. 139.)⁸

Para Moniz Bandeira, o cume dos incidentes diplomáticos acontece com o apresamento do navio Spark, acusado de servir de corsário a Buenos Aires. Por trás desse acontecimento estava a questão do bloqueio do Prata. “Raguet, como tantos outros americanos, que serviram no Brasil, confundiam, porém, firmeza e energia com ameaça, provocação, insulto e prepotência. Como empresários eram diplomatas. Como diplomatas, empresários.” (BANDEIRA, 1978, p. 62-63.) Os norte-americanos tentaram por toda lei romper o bloqueio do Prata, que prejudicava as firmas americanas estabelecidas no Brasil. Com isso, aproximaram-se da Argentina, pois viam no Império os interesses da Grã-Bretanha. Acreditavam ser a única forma de conter a hegemonia da potência européia. Desse ato vem a suspeita do envolvimento norte-americano na resistência de Artigas, no Uruguai. O incidente do apresamento do Spark foi o responsável pelo rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos. Raguet utilizava uma política de intimidação com o Império, chegando inclusive a ameaçar o Brasil de guerra após a captura do navio Ruth por navios brasileiros.

Em 1828, William Tudor é nomeado Encarregado de Negócios Estrangeiros, sucedendo a Raguet. As relações são reatadas e é assinado o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio. Com esse tratado, os Estados Unidos passam a ter condições de competir com os ingleses pelo mercado brasileiro. Bandeira destaca o crescimento do comércio com os Estados Unidos entre 1820 e 1830, evidenciado pelo aumento do número de navios americanos nos portos brasileiros. Houve certo equilíbrio na balança comercial dos dois países, mas o tratado de 1828 trazia a expectativa do crescimento das relações comerciais.

Em 1835, William Hunter assume o lugar de Tudor. A década de 30 foi marcada pelo crescimento do comércio bilateral, mas com aumento das exportações brasileiras para os Estados Unidos. O saldo portanto era favorável ao Brasil.

A Grã-Bretanha começa a perder terreno para outros países, principalmente para a potência do Norte. A política externa do Império começa a mostrar sua força exercendo a soberania e endurecendo nas negociações externas. Segundo Demétrio Magnoli, é somente a partir da década de 40 que o Império começa o afastamento da órbita britânica, assinalando para uma futura política externa significativamente autônoma.

⁸ Tradução do autor: “Agora é a hora de fazer o Governo Brasileiro sentir a influência que nós pretendemos manter neste Hemisfério de Liberdade e se faz de desejo negociar um tratado de comércio, talvez o momento seja este onde a condição da nação mais favorecida pode ser obtida com o preço da reconciliação.”

4 RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NO SEGUNDO REINADO

O governo de D. Pedro II (1840-1889) foi marcado pela firmeza nas relações internacionais. O período é marcado por uma política externa que se reservava o direito de autonomia na resolução de seus conflitos e evitava assumir compromissos externos. Essa política é evidenciada, segundo Moniz Bandeira, quando o governo imperial opta pela não renovação dos tratados com a Inglaterra e com os Estados Unidos. Isso possibilitou ao Brasil decidir os rumos de sua política externa, caracterizada pelo afastamento da influência britânica e aproximação com os Estados Unidos. Vale ressaltar que, mesmo optando pelo alinhamento com os norte-americanos, as relações entre o Império e a América do Norte sempre estiveram cercadas por cautela e avaliação das atitudes tomadas em relação ao Império.

O Segundo Reinado foi um período importante para as relações exteriores. No que diz respeito às relações entre Brasil e Estados Unidos, foi um período povoado por questões diplomáticas que oscilavam entre incidentes, solução de conflitos e estreitamento dos laços econômicos, políticos e culturais.

Os Estados Unidos, numa tentativa de forçar o Brasil a renovar o Tratado de Comércio, ameaçava trazer à tona o problema ocorrido com as presas do bloqueio do Rio da Prata.

Em 1842, o encarregado de Negócios Estrangeiros é elevado ao cargo de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. O primeiro a ocupar o posto foi William Hunter. Dois anos mais tarde, assume Henry Wise. Durante sua gestão acontece um dos mais importantes incidentes diplomáticos da história das relações internacionais entre Brasil e Estados Unidos, o caso Wise. Para que possamos entender melhor o caso Wise, recorreremos aos estudos de Moniz Bandeira e de Delgado de Carvalho. Em outubro de 1846, três marinheiros americanos da corveta Saratoga foram presos, na zona portuária do Rio de Janeiro, quando lutavam, armados com facas. O Tenente Davis resolve reclamar a soltura dos marinheiros e acaba preso, após enfrentar a guarda armada. Dois dias depois é solto, mas os três marinheiros permaneceram presos. Foi o pretexto para o Ministro Wise emitir declarações, acusando as autoridades brasileiras de insultarem o pavilhão americano. Divulgou notas, cujo conteúdo levou a uma reação por parte do governo imperial. O Ministro Wise solicitou uma audiência com o imperador, alegando possuir uma carta do presidente dos Estados Unidos. Essa audiência, a pedido do Barão de Cairu, foi recusada e o governo imperial tomou medidas enérgicas. Exigia reparação da atitude de Wise e sua retirada do País, sob ameaça de expulsão. Wise passou a ser considerado *persona non grata*. O governo brasileiro ainda retaliou a atitude do ministro brasileiro em Washington, José Maria Lisboa, que havia apresentado um pedido de desculpas ao governo americano. Lisboa foi retirado do posto e, em seu lugar, assumiu Teixeira de Macedo. O secretário de Estado, James Buchanan, considerou a retirada de Lisboa como desatenção e criou-se um clima nada amigável. O desentendimento só foi resolvido em 1849, quando Clayton sucedeu a Buchanan. No Brasil, o ministro também mudara. No lugar de Wise

estava David Todd. As relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos são reatadas, resolvendo-se a questão das presas do Rio da Prata e Pernambuco. O Brasil concorda em pagar as indenizações ao governo americano, que reconhece o direito do governo brasileiro em punir os cidadãos americanos que infringissem as leis do Império, colocando um fim definitivo à Questão Wise.

Em 1853, vem para o Rio de Janeiro o Ministro William Trousdale. Nessa missão começam as negociações sobre a Questão Amazônica, que veremos à parte. Quatro anos mais tarde, assume o posto de ministro o General Watson Webb. Nesse período, as relações diplomáticas mantiveram-se cordiais, mas com pequenos pesares. Desenvolvia-se nos Estados Unidos a Guerra da Secessão.⁹ Os incidentes aconteceram por causa da presença de navios americanos na costa brasileira, os quais se envolveram em conflitos, caso do Flórida que, ao parar na Bahia para abastecer, foi atacado pelo Wachusetts; do navio Alabama que capturou baleeiras na Região Norte do Brasil; e do brigue Carolina, sob o qual Webb conseguiu indenizações remetidas parcialmente ao governo americano. A Guerra da Secessão, que se desenvolveu durante o governo Lincoln, provocara a abolição da escravatura nos Estados Unidos, fato temido pelos brasileiros, porque se poderia criar uma onda abolicionista que se alastraria pelo restante da América. A pressão sobre o governo imperial é notada quando é estabelecida a Lei do Ventre Livre¹⁰, assinalando à abolição. A política brasileira em relação à Guerra da Secessão é marcada pela neutralidade. O Império reconhecera, fundamentado no Direito Internacional, a beligerância dos Estados Confederados, atitude duramente criticada por Webb, que via na intransigência brasileira a influência dos ingleses, de quem dependia o Brasil para concluir seus empreendimentos.

Após a Guerra da Secessão, os Estados Unidos passaram por um surto de progresso. Segundo Delgado de Carvalho, esse fato poderia ser notado com a presença norte-americana cada vez maior, fortalecida pela onda migratória que se desenvolvia após a abertura do Amazonas e do fim da Guerra Civil americana. Para Cervo e Bueno, essa onda progressista estava evidenciada no crescimento do comércio bilateral. Por volta de 1870, os Estados Unidos já absorviam cerca de 75% das exportações do café brasileiro. Essas condições externas favoráveis criam grandes excedentes que são responsáveis, dentre outros motivos, pela redução de empréstimos brasileiros e pela manutenção de uma economia primária, baseada no modelo agroexportador. Como a atividade econômica primária rendia frutos excelentes, o projeto de desenvolvimento industrial brasileiro foi colocado em segundo plano.

Em 1876, D. Pedro II visita os Estados Unidos. Desembarca em New York aos 15 de abril e começa uma jornada que duraria quase três meses. Segundo Lídia Besouchet, a justificativa de viagem do imperador “foi a inauguração, junto com o presidente dos

⁹ Guerra Civil ocorrida nos Estados Unidos de 1861 a 1865, entre os Estados do Sul e os do Norte, motivada pela abolição da escravatura.

¹⁰ Também denominada Lei Rio Branco, declarava livre os filhos de mulheres escravas nascidos a partir de 1871. Instituiu o fundo de emancipação e o pecúlio destinado aos libertos, e libertava os escravos pertencentes à Coroa.

Estados Unidos, General Grant, da Exposição Mundial de Filadélfia.” (BESOUCHET, 1993, p. 275.) Mas, além dos compromissos oficiais, D. Pedro II aproveitou a viagem para visitar museus, exposições, teatros e manter contatos com cientistas, artistas e escritores. Sua simplicidade e descompromisso com o protocolo fazem com que o imperador conquistasse “popularidade; a imprensa também se mostrou muito sensível a essa atitude. Com humor, o *New York Herald* sugeriu uma chapa para as eleições seguintes: ‘para presidente, Dom Pedro II; vice-presidente, Charles Francis Adams’, pois estamos cansados de gente comum e dispostos a mudar de estilo ...” (BESOUCHET, 1993, p. 292.)

O entusiasmo econômico da década de 70 foi assinalado pela tentativa, principalmente por parte do governo dos Estados Unidos, de aumentar ainda mais o intercâmbio comercial. Em 1870, a Legação dos Estados Unidos oferecia ao governo imperial várias propostas para um melhor desenvolvimento das relações comerciais com o Brasil, baseando-se no fato de os Estados Unidos serem o maior importador do café brasileiro e superar as importações de toda a Europa. Defendiam a redução da tarifa alfandegária, para que os produtos americanos também tivessem um maior espaço no mercado brasileiro.

A proximidade cada vez maior com os Estados Unidos trazia para o Brasil os ideais americanistas.¹¹ As instituições do Império batiam de frente com a crescente influência e absorção do capitalismo industrial. O Brasil mantinha um certo isolamento em relação ao resto do continente, pois cultivava um regime monárquico e uma economia baseada no trabalho escravo. A Monarquia, desde a primeira metade do século XIX, era criticada pelas principais correntes ideológicas pan-americanas. Dentre elas, Demétrio Magnoli e Delgado de Carvalho destacam o bolivarianismo que via no regime monárquico a proximidade com a Europa, o que, sob seu ângulo de pensamento, representaria uma ameaça à autonomia e preservação da paz nas Américas.

A opção pela aproximação à órbita norte-americana pelo Brasil pode ser considerada como um dos mais importantes fatores que contribuíram para a hegemonia dos Estados Unidos no Continente Americano, destaca Demétrio Magnoli. Essa mesma aproximação criaria no Brasil um embrião republicano que amadureceria em 1889, com a Proclamação da República.

5 QUESTÃO AMAZÔNICA

Desde a década de 20 aconteciam investidas norte-americanas sobre o território amazônico. Moniz Bandeira destaca que é somente a partir de 1840 que o interesse dos Estados Unidos pela região aparece com força. O desenvolvimento industrial da potência americana exigia o expansionismo territorial. Um dos destinos dessa política expansionista era o vale amazônico.

A questão consistia na tentativa da abertura do Rio Amazonas à navegação estrangeira. As primeiras missões americanas na região baseavam-se em interesses

¹¹ Ideais abolicionistas e republicanos.

puramente científicos. Segundo Bandeira, podem ser considerados marcos do início das discussões em relação à Amazônia as declarações do Tenente Matthew Fontaine Maury, em que se podia verificar claramente o projeto americano de ocupação da Amazônia. Essas declarações pintavam a Região Amazônica como local de riquezas inesgotáveis, com um gigantesco potencial econômico que deveria ser aberto a todos.

O governo americano jamais admitiu oficialmente a idéia da conquista do Amazonas, mas os interesses e ações na região revelavam a presença norte-americana. Inúmeras tentativas de instalação de norte-americanos foram feitas ao longo da década de 40. Formaram-se nos Estados Unidos companhias de comércio, navegação e colonização, voltadas para a Amazônia.

A pressão americana foi forte. Tentavam conseguir a abertura da região por meio de estabelecimento de tratados com os países amazônicos e pela pressão diplomática feita principalmente pelo Ministro William Trousdale, presente no Rio de Janeiro desde 1853. Teixeira Soares destaca o tratado entre Estados Unidos e Peru, de 1851, que garantiu a abertura dos portos peruanos aos navios americanos. O discurso americano de abertura do Amazonas enfatizava as relações comerciais com as nações hispano-americanas da cabeceira do rio, que desejavam a intensificação do comércio por meio das vias fluviais.

A vinda do Ministro Trousdale para o Rio de Janeiro faz com que o centro das negociações fosse transferido para o Brasil. A essa altura os Estados Unidos passaram a invocar o direito natural como justificativa da defesa da livre navegação do Amazonas. No discurso, o direito natural estaria colocado acima dos tratados firmados.

A reação da Coroa manifestou-se numa das mais importantes manobras de política externa em que se demonstrou claramente o exercício da soberania nacional. O Império adotou uma estratégia defensiva mantendo fechado o Amazonas enquanto se articulava uma política que assegurasse o domínio sobre a região.

Segundo Teixeira Soares e Moniz Bandeira, receio maior do Império era o da presença de elementos norte-americanos na Região Amazônica antes da abertura à navegação estrangeira. A presença desses elementos poderia estimular tendências separatistas e revoltas regionais, como a que aconteceu no Pará. O território vasto dificultava a ação do governo imperial. Dever-se-ia, então, desenvolver um projeto de colonização para a região. A solução encontrada foi a concessão ao Barão de Mauá do direito de exploração da região, feita por meio da Companhia de Navegação e Comércio, que põe em prática uma política de colonização e fortificação. Havia, na época, receio de que houvesse presença de companhias norte-americanas na região, o que leva o Brasil a declarar que a Amazônia estava fortemente vigiada. Era uma tentativa de inibir a entrada de estrangeiros.

O governo brasileiro enviou três missões diplomáticas estratégicas, cujo objetivo para Amado Luiz Cervo e Bueno seria o de tentar conter o avanço norte-americano pelos países amazônicos. Junto à Venezuela, Nova Granada¹² e Equador fora enviado Miguel Maria Lisboa. Seu objetivo principal era o de convencer os governos e a opinião pública desses países do perigo da penetração imperialista. Nos Estados Unidos, rebatendo os argumentos defendidos pelo Tenente Matthew Maury de abertura do Amazonas e exigindo do governo americano a prova do não-envolvimento em atentados à soberania brasileira, estava Francisco Inácio de Carvalho Moreira; e, finalmente, para

¹² Antigo nome da Colômbia e, no século XVIII, vice-reino espanhol, criado em 1739, que compreendia a Colômbia, o Equador, o Panamá e a Venezuela atuais.

as repúblicas do Pacífico, Duarte da Ponte Ribeiro. O Brasil preparava-se nos campos diplomático e jurídico.

Em 1851, o Brasil assina com o Peru um tratado que regulamentou os limites entre esses países e concedeu a navegação do Amazonas, baseando-se, segundo Cervo e Bueno, no princípio do direito imperfeito dos ribeirinhos superiores. A concessão da navegação foi uma medida de extrema importância, pois foi fundamentada no direito internacional, o que garantiu uma base jurídica.

Teixeira Soares destaca a vinda do Ministro Trousdale, em 1853, como a responsável pela intensificação das negociações. A pressão norte-americana estava próxima ao imperador. Trousdale, em seus despachos ao Secretário de Estado norte-americano, enviava informações a respeito da evolução da negociações. Fazia propostas de vantagens comerciais para o Império em troca da livre navegação.

O crescimento do comércio bilateral acaba por definir os rumos da solução da questão. Não era interessante, nem para o Brasil, nem para os Estados Unidos, um conflito que viesse a prejudicar as relações econômicas entre eles. A política externa defendida pelo Império resistiu enquanto houve risco para a região. Foi intensamente criticada, principalmente pelos liberais que há tempos defendiam “a abertura do Amazonas em nome da ciência, do progresso e da civilização.” (CERVO, 1992, p. 95.)

A Questão Amazônica chega ao fim em 7 de dezembro de 1866, quando o governo brasileiro decreta a abertura incondicional da região a todas as nações, proibindo o trânsito de navios de guerra. Isso aconteceu após anos de preparação de uma política regional para a Região Amazônica, garantindo a livre navegação. Para Teixeira Soares, pela liquidação das questões de limites, pelo controle da instabilidade das províncias Amazônicas, da colocação em prática da intenção de colonização do vale, pela garantia da prioridade norte-americana no estabelecimento de futuros tratados internacionais e pela militarização da região, o Brasil conseguiu assegurar a soberania, por meio de uma política externa eficaz e ousada que revelava o pulso firme do governo imperial.

6 PAPEL DAS MISSÕES PROTESTANTES NAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NO SÉCULO XIX

Para que possamos entender o papel das missões protestantes nas relações entre Brasil e Estados Unidos, devemos entender a situação religiosa brasileira no período imperial. Segundo a Constituição de 1823, o catolicismo foi instituído como “religião do Estado”, estabelecendo, assim, um vínculo entre Poder Imperial e a Igreja. Essa ligação Estado-Igreja no decorrer do século vai se enfraquecendo, em razão do avanço do liberalismo e das religiões “acatólicas”. Entre elas figura o protestantismo.

A introdução do movimento protestante no Brasil inicia-se com a vinda de imigrantes alemães, ingleses e norte-americanos. Podemos nos remeter à década de 30 como o período em que o protestantismo começa a surgir no Brasil. Segundo David Gueiros Vieira, até então, o protestantismo apresentava-se como um “enigma para o público brasileiro”. (VIEIRA, 1980, p. 49.)

Com relação ao movimento protestante americano, Vieira destaca o início das atividades por volta de 1832, quando é nomeado um capelão protestante para a Sociedade Americana de Amigos dos Marítimos, criada em função do aumento do fluxo de americanos nos portos cariocas rumo à Califórnia, via Estreito de Magalhães. Sucederam-se nos postos Obadiah M. Johnson, o Reverendo Justin Spaulding, Daniel P. Kidder, J. Moris Pease, o Reverendo Corwin e, já em 1850, James Cooley Fletcher, que para Vieira foi o pioneiro na luta pela liberdade religiosa e pelo movimento protestante no Brasil.

Seria impossível falar do protestantismo no Brasil sem mencionar o nome de Fletcher. O seu plano de ação consistia em “converter o Brasil ao protestantismo e ao ‘progresso’”. Para ele, o protestantismo equalizava-se ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico”. (VIEIRA, 1980, p. 63.) Segundo Vieira, Fletcher foi o principal responsável pela propaganda do Brasil no exterior. Pintava os Estados Unidos como o “supra-sumo” que deveria servir de modelo a outras nações – entenda-se o Brasil. Entre o grande número de pessoas com quem se envolveu estava Aureliano Cândido Tavares Bastos, liberal que aliou às “causas do progresso”, lutando no Parlamento pela liberdade religiosa, pela imigração protestante, pela liberalização das leis do Império e pela separação entre Igreja e Estado.

Em seus primeiros anos no Brasil, Fletcher recebeu auxílio da legação americana que o incorporou ao corpo diplomático, garantindo assim sua proteção. É nesse momento que conquista um círculo de amizades que o coloca em uma posição privilegiada em relação aos outros ministros americanos. Consegue chegar ao imperador, e o elo Vieira atribui ao poeta Longfellow. Fletcher percebia a carência tecnológica e mão-de-obra especializada, problemas que poderiam ser solucionados com a imigração protestante.

A atuação de Fletcher fazia-se na Corte e posteriormente no governo americano. Mas é importante destacar outros ministros protestantes, como, por exemplo, Richard Holden, cuja atuação foi feita em áreas de grande interesse americano, como era o Pará, porta do vale amazônico. Vieira destaca o Pará como região marcada pela tensão política, criada pela corrupção, esquecimento pela Corte e pelas críticas ao projeto de colonização do vale, desenvolvida pela Companhia de Comércio e Navegação, do Barão de Mauá. Para Holden, a agitação política e a decepção popular com o governo imperial revelava o caráter republicano das províncias do Norte do Brasil. O trabalho desenvolvido pelos missionários protestantes baseava-se na distribuição da Bíblia que não continha a interpretação católica. Holden via no vale amazônico um grande potencial que deveria ser imediatamente explorado. Mas, os planos do ministro chocaram-se de frente com a Igreja Católica local, representada por D. Antônio Macedo da Costa, bispo de Belém. Vieira revela que por trás do embate católico-protestante estava o movimento maçônico. Em 1862, Holden muda-se para Salvador, Bahia. Lá mesmo com o apoio de Fletcher, bate de frente com D. Manuel Joaquim da Silveira que pregava o avanço protestante como forma de “dividir e enfraquecer a sociedade brasileira” e também alertava para uma “conspiração para separar do Império a região Amazônica e entregá-la aos Estados Unidos”. (VIEIRA, 1980, p. 191.)

Essa grande preocupação da Igreja Católica com o avanço protestante revela, segundo Vieira, a crise por que passava o poder eclesiástico nacional.

Na década de 60 é criada a Sociedade Internacional de Imigração, com intuito de cuidar da imigração protestante. Vieira revela duas facções internas nessa sociedade: uma que apoiava exclusivamente a imigração de confederados americanos; outra que, além dos confederados, desejava iniciar a imigração protestante européia. Entre outras propostas, defendia a liberalização das leis e a luta pelo casamento civil.

Se, por um lado, a imigração confederada poderia trazer o avanço tecnológico e o tão defendido “progresso” protestante; por outro, poderia significar séria ameaça ao poder das elites regionais. Isso faz com que a reação ao avanço protestante se manifeste na não-liberalização das leis e em outros diversos obstáculos impostos à imigração. Mas, mesmo assim, foram estabelecidas “colônias confederadas” no Pará e principalmente no interior de São Paulo. Nestas, houve inclusive focos de tensão entre católicos e protestantes, apaziguados pela intervenção até mesmo do imperador.

Segundo Vieira, a imigração protestante poderia trazer consigo as idéias republicanas, sendo esse fato diversas vezes observado em discursos e sermões dos bispos brasileiros, apresentada como uma “ameaça à Monarquia”.

Apesar de todos os empecilhos, Fletcher prosseguiu em seus esforços, apoiando uma linha de vapores New York–Rio e promovendo o intercâmbio cultural por meio de exposições, como a organizada em 1855 no Museu Nacional, e da promoção de expedições científicas, como a Expedição Thayer, liderada pelo cientista Agassiz, admirado pelo imperador.

As missões protestantes tiveram um papel fundamental no processo de separação entre Igreja e Estado, na liberalização futura das leis e até certo ponto no “desenvolvimento” tecnológico, pois foi pela pequena imigração de norte-americanos que o Brasil pode experimentar as “inovações” que auxiliariam na lavoura e até mesmo na vida cotidiana.

O avanço protestante evidenciava a fragmentação do poder católico e o interesse e influência americanos no País que faziam-se sentir por investidas, mesmo que não oficiais, sobre o vale amazônico e sobre o interior brasileiro.

Mais uma vez nos remetemos a um dos personagens principais da questão protestante, James Cooley Fletcher, que melhor que qualquer diplomata americano da época soube conduzir seus interesses por meio de uma estratégia digna de qualquer agente diplomático.

7 CONCLUSÃO

Pela análise das relações entre Brasil e Estados Unidos no século XIX podemos entender muito das transformações ocorridas, tanto no contexto interno como no internacional. O afastamento da órbita britânica e a aproximação à norte-americana seria fundamental para explicar as transformações ocorridas no âmbito político, social e econômico no Brasil Colônia, Império e República.

O desenvolvimento comercial, com base nas exportações do café ocasionava a manutenção de um modelo agroexportador e do trabalho escravo. Seria também responsável pelo crescimento do intercâmbio cultural, fazendo com que os ideais

americanistas chegassem com força ao Brasil, favorecendo o aparecimento do movimento republicano, que obteria sucesso em 1889.

As relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império foram sempre rodeadas de desconfiança e pragmatismo, resolvendo com sucesso os incidentes ocorridos entre os agentes diplomáticos desde Condé Raguet até o General Webb.

Na Questão Amazônica, mesmo sob críticas ferrenhas de alguns diplomatas, o governo brasileiro optou por uma estratégia defensiva, mantendo as negociações o tempo suficiente para implementar um projeto de colonização e policiamento da Amazônia, garantindo assim a soberania nacional na região. Consolidou-se, assim, uma escola diplomática importantíssima, responsável pelos rumos da política externa brasileira.

É importante também destacar o papel das missões protestantes que procuravam se estabelecer no Brasil com intuítos que variavam do interesse regional até os de promover o “progresso” que somente seria possível com a vinda de imigrantes protestantes.

A opção brasileira da aproximação aos Estados Unidos foi, sem dúvida alguma, a grande responsável pela consolidação da hegemonia norte-americana no continente. A potência do Norte caminhava impulsionada pelo imperialismo, estendendo sua influência sobre o restante da América, impulsionada por políticas intervencionistas. O Império foi substituído pela República e seu rumo definiu-se, em vários momentos, pelas inclinações das relações com os Estados Unidos.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos. Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

BESOUCHET, Lúcia. *Pedro II e o século XIX*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1993.

CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo : Nacional, 1959.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo : Ática, 1992.

CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826 -1889*. Brasília : UnB, 1981.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1961.

KAHLER, Mary Ellis. *Relations between Brazil and United States, 1815-1825*. Washington : The American University, 1968.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Unesp, 1997.

- MOURA, Gerson. *Repensando a história – Estados Unidos e América Latina*. 2. ed. São Paulo : Contexto, 1991.
- RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma história diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.
- SOARES, Teixeira. *Um grande desafio diplomático no século passado*. Conselho Federal de Cultura, 1971.
- VIANNA, Helio. *História diplomática do Brasil*. São Paulo : Melhoramentos, 1950.
- VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília : UnB, 1980.